

Anais do SEPE – Seminário de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFFS Vol. VII (2017) – ISSN 2317-7489



ANÁLISE DAS LICITAÇÕES DE OBRAS PÚBLICAS REALIZADAS PELO ESTADO DE SANTA CATARINA NO PERÍODO DE 2005 A 2015 NAS UNIDADES ESCOLARES

Clarine Kühlkamp¹
Edson Jacinto Scapinello²
Moacir Francisco Deimling³

Categoria: Pesquisa4

Resumo: O objetivo deste trabalho foi analisar a quantidade e motivos das alterações contratuais realizadas pela Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina, entre o período de 2005 a 2015, nas obras de construção, reforma e ampliação de escolas públicas. Com 503 contratos analisados, onde 89 destes foram aditivados, representando 71,64% dos contratos de construção, 23,62% dos contratos de reforma e 13,27% dos contratos de ampliação, impactando significativamente nos recursos financeiros do Estado. Para coleta de informações foi utilizada a plataforma SICOP - Sistema Integrado de Controle de Obras Públicas. O Estado, não possui a plena liberdade de promover a aquisição, compra e a elaboração de uma obra, estando limitado a cumprir as demandas previstas em lei, conforme o direito administrativo, sob a regência da Carta Magna. No estudo observou-se que quando o processo licitatório prevê a execução de uma obra, apresenta um número maior de contrato com aditivos, bem como um impacto maior no montante previsto pelo contrato inicial. O Estado faz uso tanto da licitação, quanto do aditivo do contrato para que a obra seja definitivamente entregue a comunidade. A mensuração e justificativa desses aditivos são complexas em virtude da especificidade que cada obra possui. As construções de unidades escolares e suas reformas são processos com inúmeras alterações contratuais. Entender o seu motivo e o impacto no orçamento é a intenção chave deste trabalho. Em regra, toda e qualquer modificação contratual deve dar-se mediante a celebração de termo aditivo, seja ela unilateral ou consensual. No que tange os processos de reforma, ampliação e construção promovidos pelo Estado de Santa Catarina, junto a pasta da educação, fica evidente que o processo licitatório é falho, pois apresenta um índice de 17,69% de contrato com aditivos. A construção é a modalidade que expõe o

4 Formato: Pôster

Discente do curso de Graduação em Administração, Universidade Federal da Fronteira Sul, campus Chapecó, contato: clarinekuhlkamp@gmail.com

Discente do curso de Graduação em Administração, Universidade Federal da Fronteira Sul, campus Chapecó, contato: edsonscapinello@yahoo.com.br

Doutor em Engenharia de Produção, Professor do Curso de Administração pela Universidade Federal da Fronteira Sul, campus Chapecó, contato: moacir.deimling@uffs.edu.br



Anais do SEPE – Seminário de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFFS Vol. VII (2017) – ISSN 2317-7489



maior percentual de contratos com aditamento, chegando a mais de 70%. A falha na elaboração do processo licitatório ainda mostra um montante elevado de recurso financeiro que o contrato inicial não previa. Agrega-se a esse fato, a característica dos contratos de construção e ampliação, de que estes são de valores mais expressivos em relação aos contratos de reforma. Portanto causam maior impacto no orçamento do governo do Estado quando há necessidade de aditivo. Observouse ainda nas justificativas, coletadas junto aos extratos do contratos que todas apresentaram erro no projeto inicial.

Palavras-chave: Contrato. Licitação. Educação.